

Alterações realizadas no documento				
Item alterado	Cor	Observações	Data	Responsável pela alteração

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - SERVIÇOS

Atenção: todos os itens são de preenchimento obrigatório

Data:	20/09/21
Número do PROAD aberto	20339/2021
Área Demandante:	Coordenadoria de Material e Logística
Área Requisitante:	Seção de Logística

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Integrante Demandante:	Ed de Freitas Cruz Junior			
- Integrante Técnico:	Odair Wagner Geraldo			
- Integrante Administrativo:	Titular:	Douglas Suetsugo Mitsuse	Suplente	Christiano Carneiro Ferreira

Contratação urgente?	<input checked="" type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:

CONTRATAÇÃO É URGENTE

Data para início dos serviços:	06/01/2022
--------------------------------	------------

Catálogo (CATMAT/CATSER) (Para prrenchimento deste item, os integrantes administrativos irão auxiliar)

<https://siasgnet-consultas.siasgnet.estaleiro.serpro.gov.br/siasgnet-catalogo/#/siasgnet-catalogo/search>

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

1.1 Descrição resumida do Objeto:

Grupo 1 - transporte de bens permanentes e de materiais , médio e grande porte, local e intermunicipal, com respectiva carga e descarga, incluindo mudanças. Grupo 2 - transporte semestral de bens de consumo, local e intermunicipal, com respectiva carga e descarga.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de profissional responsável.

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Grupo 1 a) O transporte deverá ser executado utilizando veículos de carga com carroceria fechada (caminhão tipo baú ou utilitário furgão), para proteção do material e garantia de sua integridade, incluindo o trabalho de carga e descarga;
b) os veículos da frota deverão ter ano de fabricação não superior a 5 (cinco) anos;
c) a frota de veículos deve ser própria da empresa contratada e estar identificada com o logotipo ou marca da empresa;
d) os veículos com capacidade de carga superior a 18m³ deverão possuir plataforma elevatória para cargas de materiais de grande peso e volume, pois os bens a serem transportados podem ser compostos por materiais delicados e de alto valor agregado;
e) a inexistência de quaisquer dos itens acima impedirá a retirada do material e consequentemente a realização do serviço, podendo ensejar multa por atraso e/ou cancelamento do ajuste;
f) poderá haver contratação de serviços de mudança sem utilização de veículo, nos casos em que for prestado no mesmo endereço apenas com mudança de localização interna;
f.1) nos casos em que não for necessária ou não for eficiente a utilização de veículos para executar o serviço, o PRESTADOR DE SERVIÇO informará, em m², a quantidade total do volume ocupado pelos materiais e o valor do serviço será calculado também por m²; e, nesses casos, os responsáveis do TRT aprovarão ou retificarão o quantitativo informado.
g) quando a Unidade Trabalhista pertencer a um Fórum (composto de várias Unidades Trabalhistas), a entrega/retirada deverá ser feita ao responsável de cada Unidade e NÃO para o responsável do Fórum. Por exemplo: o Fórum Trabalhista de Taubaté possui 4 (quatro) unidades trabalhistas - 1ª) 1ª Vara do Trabalho; 2ª) 2ª Vara do Trabalho; 3ª) Divisão de Execução; e, 4ª) CEJUSC, então os materiais deverão ser entregues/retirados para/de cada Unidade Organizacional, conforme constará na Nota de Fornecimento ou Nota de Transferência;
h) para os serviços de mudança interna ou de unidade sendo transferida de uma para outra sede na mesma cidade, havendo necessidade, os serviços de desmontagem e montagem serão responsabilidade da Contratada que deverá possuir equipamentos e pessoal especializado para esse fim;
i) no transporte de materiais com veículo, as viagens deverão ser com envio de carga dedicada, de forma exclusiva, sendo vedado o "aproveitamento de carga" de natureza estranha aos bens de propriedade do Tribunal;
j) fornecer embalagens adequadas que garantam a proteção e integridade do material, tais como: papelão ondulado, plástico bolha, etiquetas, sacos e caixas plásticas, cobertores, fita adesiva etc, de acordo com a necessidade de cada viagem, equipamentos adequados para a movimentação dos bens de grande porte e cuidados especiais com as cargas delicadas;

k) nos serviços de mudança que envolvam documentos e caixas de arquivos, a realocação e organização dos documentos no novo espaço e estanterias de arquivo será de responsabilidade da Contratada que deverá obedecer ao critério estabelecido pelo Coordenador/Responsável da Unidade para quem prestará o serviço;

l) a distância percorrida será medida levando em consideração os intervalos rodoviários entre as localidades nas quais serão feitas a retirada e a entrega. Exemplos:

l.1) para retirada de material no Fórum de Jau e entrega na Vara de Pederneiras será considerada a distância rodoviária entre essas duas localidades (de Jau até Pederneiras), considerando-se os endereços das Unidades constantes da página do TRT15;

l.2) para retirada de material no Almoxarifado (em Campinas) e entrega no Fórum Trabalhista de Bauru será considerada a distância rodoviária entre essas duas localidades (de Campinas até Bauru);

l.3) havendo mais de 02 (duas) Unidades envolvidas a distância rodoviária será medida somando-se as distâncias entre as cidades do trajeto/roteiro até a última localidade. Exemplos:

l.3.1) para retirada de material no Almoxarifado e entrega nas Varas do Trabalho de Caçapava e Cruzeiro será considerada a distância rodoviária de Campinas até Caçapava somando-se a distância de Caçapava até Cruzeiro;

l.3.2) para retirada de material no Almoxarifado e entrega no Fórum Trabalhista de Araraquara e Varas de Taquaritinga, Itápolis e Tanabi será considerada a distância rodoviária de Campinas até Araraquara, somando-se à distância de Araraquara até Taquaritinga, de Taquaritinga até Itápolis e de Itápolis até Tanabi;

m) o Roteiro a ser percorrido será definido pela Seção de Logística;

n) a distância (Km) será verificada por meio do site www.google.com.br/maps;

o) considerando transporte de material permanente (identificados com número de patrimônio), a Contratada será responsável por entregá-lo conforme descrito em cada Nota de Fornecimento ou Nota de Transferência, devendo também proceder à conferência no ato de carregamento. Caso haja alguma entrega de material permanente com número de tombo equivocado, caberá à Contratada efetuar sua correção/redistribuição, responsabilizando-se por qualquer despesa adicional;

p) as situações excepcionais referentes às retiradas e entregas, inclusive eventuais prorrogações de prazo, deverão ser comunicadas e autorizadas pelas partes;

q) os serviços de mudança ocorrerão conforme datas e localidades indicadas pelo TRT e serão solicitados por meio de Ordens de Serviço enviadas à Contratada por e-mail:

q.1) a Ordem de Serviço conterá solicitação de vistoria à Unidade para a qual deverá ser feita a mudança, quando necessário, bem como nome do Responsável, prazos para a vistoria e data provável da mudança;

q.2) o prazo de duração da mudança será estipulado pelo TRT conforme a necessidade de cada serviço, sendo acertado entre o Responsável da Unidade envolvida e a Contratada e devidamente registrado na Ordem de Serviço;

q.3) a Unidade envolvida deverá encaminhar à Seção de Logística relação dos bens e documentos a serem transportados para a estimativa de gasto e de duração dos serviços;

q.4) nos casos de necessidade de vistoria pela Contratada, esta deverá ser realizada em até 5 (cinco) dias após a comunicação por e-mail da Seção de Logística;

q.4.1) o prazo para o encaminhamento da Ordem de Serviço da Vistoria preenchida é de até 2 (dois) dias após a realização da vistoria;

q.4.2) a Ordem de Serviço contendo a quantidade de viagens sugeridas e o peso/cubagem bem como o prazo de realização do serviço deverá ser enviada por correspondência eletrônica ao endereço de e-mail cmi.secadm@trt15.jus.br, relacionando como Assunto do texto: "Vistoria para mudança de endereço - nome da unidade trabalhista";

Grupo 2 - a) O transporte deverá ser executado utilizando veículos de carga com carroceria fechada (caminhão tipo baú ou utilitário furgão), para proteção do material e garantia de sua integridade, incluindo o trabalho de carga e descarga;

b) Os veículos da frota deverão ter ano de fabricação não superior a 5 (cinco) anos;

b.1) A frota de veículos deve ser própria da contratada e estar identificada com o logotipo ou marca da empresa;

b.2) A inexistência de quaisquer dos itens acima impedirá a retirada do material e consequentemente a realização do serviço, podendo ensejar multa por atraso e/ou rescisão do contrato.

c) O trabalho de carga e descarga deverá ser realizado do Almoxarifado para Unidades Trabalhistas e vice-versa (logística reversa);

c.1) Quando a Unidade Trabalhista pertencer a um Fórum (composto de várias Unidades Trabalhistas), a entrega deverá ser feita ao responsável de cada Unidade e NÃO para o responsável do Fórum. Por exemplo: o Fórum Trabalhista de Taubaté possui 4 (quatro) unidades trabalhistas - 1ª) CEJUSC; 2ª) 1ª Vara do Trabalho; 3ª) 2ª Vara do Trabalho e 4ª) Divisão de Execução, então os materiais deverão ser entregues para a Unidade Organizacional conforme documento de Fornecimento.

d) As viagens de entrega e retirada deverão ser com envio de carga dedicado, podendo haver LOGÍSTICA REVERSA.

e) O carregamento ocorrerá no Almoxarifado do Tribunal, em Campinas/SP, e descarregamento nos endereços de cada localidade/Unidade Trabalhista.

f) As viagens ocorrerão para as localidades/Unidades Trabalhistas conforme indicadas nos roteiros. Deverá ser considerado o peso transportado.

g) Serão utilizados 14 roteiros, neles estarão elencadas as cidades que os compõem, conforme quadro que seguirá anexo.

h) o peso será aferido em balança própria do TRT.

i) A título de estimativa para 2022, no ano de 2019 - último completo antes da pandemia, com atendimentos normais e presenciais, foram entregues durante o ano bens nos roteiros com a seguinte pesagem média:

Roteiro 1 – 4.800 kg;
Roteiro 2 – 5.800 kg;
Roteiro 3 – 4.200 kg;
Roteiro 4 – 2.600 kg;
Roteiro 5 – 3.800 kg;
Roteiro 6 – 4.000 kg;
Roteiro 7 – 3.400 kg;
Roteiro 8 – 3.800 kg;
Roteiro 9 – 3.200 kg;
Roteiro 10 – 4.600 kg;
Roteiro 11 – 6.400 kg;
Roteiro 12 – 4.600 kg;
Roteiro 13 – 2.200 kg; e,
Roteiro 14 – 11.600 kg.

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado OU prazo de execução do serviço.

Não aplica

Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços

Grupo 1- A prestação de serviço poderá ocorrer em qualquer unidade, em horário comercial, com detalhamento a ser definido nas ordens de serviços encaminhadas por e-mail, lembrando que os endereços das unidades trabalhistas estão disponíveis na Internet: <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas>, o agendamento de entrega será feito pela seção de logística com previa antecedência. Grupo 2- A prestação de serviço ocorrerá entre o almoxarifado e as unidades trabalhistas do TRT15.

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
TRT15	09:00 as 18:00	de segunda-feira até sexta-feira	Ed,Odaír,Carla (19) 3289'3028
Outros:			

2. ANÁLISE de VIABILIDADE

2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:

Conforme tabela abaixo

Justificativa	Necessidade de realizar serviços de mudança, tendo em vista a inexistência de mão de obra qualificada e veículo próprio para este servi
---------------	---

Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:

Solução	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Descrição	Mão de obra e veículo próprios	01Contratação de empresa para prestar serviço de entrega de material permanente e de mudança. 02- Contratação de empresa para prestar serviço de entrega de material de consumo.	
Vantagens	Execução do serviço imediato sem necessidade de realizar licitação	Rapidez e eficiência na execução do serviço, tendo em vista a expertise da empresa contratada. Liberação dos servidores do Tribunal para atividades de planejamento, gerenciamento e supervisão.	

Desvantagens	Não há mão de obra qualificada e o custo de contratar por concurso e manutenção de veículos seria alto		
Atende (Sim/Não)	Sim	Sim	

2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)			
Solução escolhida	01 Contratação de empresa para prestar serviço de entrega de material permanente e de mudança. 02- Contratação de empresa para prestar serviço de entrega de material de consumo.		
Justificativa			
Valor estimado	01 - R\$ 2.865.266,00; 02 - R\$ 292.152,00 e total de R\$ 3.157.418,00. Orçamento realizado pela Coordenadoria de Compras. O valor estimado é para fins de licitação e não significa que será totalmente utilizado, pois o item 01 contempla todas as possibilidades de algumas mudanças.		
Outros			

2.2.1 Alinhamento Estratégico	https://trt15.jus.br/sites/portal/files/roles/institucional/gestao-estrategica/PLANO%20ESTRAT%C3%89GICO%20INSTITUCIONAL.pdf	Selecione abaixo:
Otimizar os processos de trabalho; e, Adequar constantemente as instalações físicas		

2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)	
<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro benefício: 02-Fornecimento de bens de consumo essenciais para execução das atividades finalísticas do órgão.

2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado
Grupo 1- O consumo dependerá das demandas da Administração, poderá ou não ocorrer pedidos de mudança de sedes, de locações e/ou transferência de mobiliários. Grupo 2-Semestralmente as unidades trabalhistas requisitam materiais e eles precisam ser transportados do almoxarifado para as sedes das varas e fóruns; alguns insumos usados e/ou obsoletos retornam para logística reversa.

2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço		
<input checked="" type="checkbox"/>	Não há adequação a ser feita	
<input type="checkbox"/>	Alteração de layout	
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica	
<input type="checkbox"/>	Instalação lógica	
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória	
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:	

2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço
Não

3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO		
3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:		
<input type="checkbox"/>	Entrega integral ACIMA de 30 dias	
<input type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.	
Caso nenhum dos itens seja selecionado, CONTRATO DISPENSÁVEL e NÃO é necessário preenchimento deste item 3		
Nos termos do artigo 62, § 4º da Lei 8.666/1993 é DISPENSÁVEL o termo de contrato independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras.		
3.1.1 Caso nenhum dos itens seja selecionado, NÃO há a exigência de contrato. Porém, caso, mesmo assim, o Demandante queira a confecção de contrato, justificar abaixo:		

3.2 Recursos materiais e humanos necessários à continuidade do objeto contratado	Não se aplica
---	---------------

3.3 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual	
<input checked="" type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

3.4 Ações de transição contratual e de encerramento contratual	Não se aplica
É necessário sobreposição contratual?	Não se aplica
3.4.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	Não se aplica
3.4.2. Devolução de recursos materiais	Não se aplica

4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO	
4.1 Natureza do objeto	Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)	
<input type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade

<input checked="" type="checkbox"/>			Grupo1-Este grupo tem somente um item com 5 variáveis de metragem cubica , peso e 5 variáveis de km sendo o ultimo sub item somente metragem cubica para mudança sem utilização de veículo, sendo assim fica a seção tendo o controle das demandas pedidas pela administração. Grupo 2-Os itens, num total de 14, foram feitos para conseguir distribuir os materiais de consumo para todas as unidades administrativas, podendo uni-los em mesmo caminhão, dependendo da quantidade requerida pelas áreas, trazendo celeridade aos serviços.
<input type="checkbox"/>	Grupos com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	Licitação para lote único
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?			
Sim			
Justificativa:		Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado	

4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas			
Pregão eletrônico			
4.4.1 Forma de julgamento:			
Menor preço			
4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)			
Por grupo. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço			
4.4.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).			
Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.			
Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso. Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.			

4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso			
A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.			

4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes			
Gestor do Contrato:	Não se aplica		
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica		
Fiscal Técnico do Contrato:	Não se aplica		
Fiscal Administrativo	Não se aplica		

5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS			
01- R\$ 1.000.000,00 02- R\$120.000,00			

6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)			
É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?			
Sim			
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.		Pela natureza da contratação, não é possível definir previamente o quantitativo dos serviços a serem demandados pela Administração. Durante o ano surgem mudanças de unidades; novos materiais e bens a serem entregues e/ou recolhidos, etc.	
6.1 Fundamentação para a opção por SRP:			
Pela natureza da contratação, não é possível definir previamente o quantitativo dos serviços a serem demandados pela Administração. Durante o ano surgem mudanças de unidades; novos materiais e bens a serem entregues e/ou recolhidos, etc.			
6.2 Histórico de consumo:			
1- Distância percorrida 12m³ ou 1500kg 13 a 18m³ ou 1800kg 19 a 32m³ ou 3500kg 33 a 48m³ ou 6000kg Transporte (mudança Local) 2018: 80 2019: 57 Até 100km 2018: 03 2019: 0 2018: 02 2019: 01 2018: 03 2019: 05 2018: 03 2019: 0 de 101 a 300km 2018: 03 2019: 01 2018: 02 2019: 02 2018: 05 2019: 03 2018: 09 2019: 02 de 301 a 500km 2018: 04 2019: 03 2018: 02 2019: 01 2018: 08 2019: 12 2018: 31 2019: 0 de 501 a 700km 2018: 03 2019: 10 2018: 03 2019: 02 2018: 07 2019: 04 2018: 04 2019: 01 de 701 a 900km 2018: 03 2019: 0 2018: 03 2019: 0 2018: 03 2019: 0 2018: 03 2019: 0 Total de viagens: 2018: 184 / 2019: 104 Qtde Mudança sem utilização de veículo 2018: 6950 / 2019: 0 2- Há uma média que foi respeitada no ano de 2019, já mencionada no item 1.2 e aqui repetida: Roteiro 1 – 4.800 kg; Roteiro 2 – 5.800 kg; Roteiro 3 – 4.200 kg; Roteiro 4 – 2.600 kg; Roteiro 5 – 3.800 kg; Roteiro 6 – 4.000 kg; Roteiro 7 – 3.400 kg; Roteiro 8 – 3.800 kg; Roteiro 9 – 3.200 kg, Roteiro 10 – 4.600 kg; Roteiro 11 – 6.400 kg; Roteiro 12 – 4.600 kg; Roteiro 13 – 2.200 kg; e, Roteiro 14 – 11.600 kg.			
6.3 Estimativa de consumo:			
O consumo dependerá das demandas da Administração, poderá ou não ocorrer pedidos de mudança de sedes, de locações e/ou transferência de mobiliários.			
6.4 Quantidade para Consumo Imediato:			
Inexiste possibilidade de aferir esse item, em razão dos esclarecimentos constante do subitem acima.			
6.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:			
Inexiste possibilidade de aferir esse item, em razão dos esclarecimentos constante do subitem acima.			
6.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:			

Inexiste possibilidade de aferir esse item, em razão dos esclarecimentos constante do subitem acima.

6.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?

Gerenciador

6.8. Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique

Sim, Grupo 1 - as demandas para mudança chegam e a Logística avalia a distância a ser percorrida e o volume a ser utilizado, ou se não utilizará caminhão, e indica para contratação aquele item que mais se adequa, de acordo com a distância e o volume de material. Assim, alguns itens podem ser contratados mais que outros e, ainda, inexistir ajuste para alguns deles durante todo o ano. Grupo 2 - todas as unidades trabalhistas fazem suas requisições de material, duas vezes por ano, somente quando se consolida os pedidos é que se pode confirmar a pesagem; assim, é possível que alguns roteiros sejam mais 'pesados' que outros.

7. SUSTENTABILIDADE

Há critérios de sustentabilidade a serem observado?

Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
		2. Contratação de Serviços	- Nos contratos de prestação de serviços, deve-se obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06; - A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições: a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 6º a 69 da Lei nº 8.069 /1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. A contratada deve fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR 06 do MTE.

Há especificação de ROHs?

Não se aplica

Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:

Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:

https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/192701/2021_res0310_csjt.pdf?sequence=1&isAllowed=y

8. ARQUIVOS

Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?

Não

Indicar anexo ou local em que pode ser baixado

No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:

9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA

Há previsão de vistoria/visita técnica?

Não se aplica

Se sim. Justificar:

Não se aplica

OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)

9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):

Não se aplica

10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)

A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.

<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional:	Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantitativos e prazos com o objeto desta licitação, com a discriminação dos serviços prestados e respectivas quantidades, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove: - para o Grupo 1, serviços de mudança com cubagem mínima de 20m³ ou 3.000 kg; - para o Grupo 2, quantitativo mínimo de 50% do Roteiro 14, maior estimativa de utilização.
<input checked="" type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:	RNTRC, junto à ANTT.
<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).	
<input type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	

11. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?

Sim	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	Resolução ANTT nº 4.799/2015, alterada pelas Resoluções nºs 4.836 /2015, 5.032/2016 e 5.081/2016, bem como a Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015 Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, suas alterações e complementações até a de nº 433/2011.

12. GARANTIA	
12.1 Garantia do objeto	
Especificar o objeto, grupo a qual se refere e as especificações:	
Não se aplica	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
12.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)	
Não se aplica	

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	
<p>As obrigações a serem explicitadas devem ser em relação ao objeto da contratação, como, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para execução dos serviços, a empresa deverá fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários - Os funcionários deverão estar uniformizados e identificados por meio de crachá - A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de início dos serviços - A empresa deverá fornecer nomes e dados documentais dos funcionários que executarão os serviços - Ao final dos serviços, a empresa deverá fornecer relatório especificando serviços prestados com identificação do responsável e prazo de garantia - Caso se verifique algum defeito ou falha no serviço prestado a empresa deverá providenciar o devido saneamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da contratante. 	
Especificações:	
13.1. Obrigações da Contratante (TRT)	
O TRT se compromete a dar plena e fiel execução à Ata de Registro de Preços, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar, no prazo estabelecido neste termo de referência, o pagamento dos serviços efetivamente executados e definitivamente recebidos. Permitir o acesso dos empregados do Prestador de Serviço nas dependências de suas Unidades, para execução dos trabalhos, nos horários estabelecidos, desde que devidamente identificados.	
13.2. Obrigações da Contratada	
<p>OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR 1. O PRESTADOR se compromete a dar plena e fiel execução à ata de registro de preços, respeitando todas as condições estabelecidas, e se obriga a: 1) Respeitar todas as condições estabelecidas na Resolução ANTT nº 4.799/2015, alterada pelas Resoluções nos 4.836/2015, 5.032/2016 e 5.081/2016, bem como a Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015. 2) Em todos os casos, o transporte deverá ser executado utilizando veículos de carga com carroceria fechada (caminhão tipo baú ou utilitário furgão), para proteção do material e garantia de sua integridade, incluindo o trabalho de carga e descarga; 2a) os veículos da frota deverão ter ano de fabricação não superior a 5 (cinco) anos; 2b) a frota de veículos deve ser própria da empresa contratada e estar identificada com o logotipo ou marca da empresa; 2c) em caso de dano ou quebra do veículo, quando o serviço for acionado, deverá ser providenciada substituição em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, contados da comunicação do ocorrido não sendo motivo para prorrogação do prazo de entrega dos materiais; 2d) todas as despesas relativas aos veículos (manutenção, conservação, combustíveis, taxas, impostos, multas, danos decorrentes de eventuais acidentes, pedágios, etc.) serão de sua única e exclusiva responsabilidade. 3) Dispor de pessoal qualificado para a prestação dos serviços de transportes de cargas. 3a) todos os funcionários deverão se apresentar devidamente uniformizados e portando crachás de identificação; 3b) fornecer equipamentos e materiais de apoio para a perfeita execução dos serviços, quando necessário. 4) Efetuar o carregamento e descarregamento no horário das 9h às 18 horas, devendo solicitar autorização expressa em documento assinado pelo responsável pela Unidade Trabalhista caso o serviço necessite ser realizado em horário diverso. 4a) Todo descarregamento deverá ter seu dia e horário previamente agendado com o Diretor e/ou Responsável pela Unidade Trabalhista com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas; 4b) informar, antecipadamente à realização do serviço, ao Gestor do contrato ou a quem ele designar, o que segue: 4b1) relação com nome de todos os funcionários que estarão escalados para os serviços; 4b2) comprovação da averbação da carga junto à seguradora, caso seja uma exigência contida na apólice de seguros da empresa transportadora; 4b3) cópia da documentação do veículo para averiguação do ano de fabricação; 5) Executar serviço de logística reversa, somente se o material estiver acompanhado de documentação emitida e assinada pela Unidade Trabalhista remetente; 5a) Caso não haja nenhum material a ser retirado em logística reversa, solicitar ao responsável pela Unidade documento formal comprovando o fato. 6) Conferir os volumes listados, e as condições das embalagens antes do carregamento, testando a conformidade dos quantitativos e a condição física dos materiais. 7) Realizar a entrega no endereço e para o responsável de cada Unidade Trabalhista conforme especificado na Nota de Fornecimento. O endereço da Unidade Trabalhista deverá ser confirmado junto ao site deste E. Tribunal no portal: https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas, bem como o nome do Diretor ou Responsável pela Unidade. 8) Ressarcir todo prejuízo decorrente da avaria ou perda, durante o acondicionamento, transporte ou descarregamento dos bens; 8a) o ressarcimento pelo prejuízo deverá ser feito num prazo de até 30 (trinta) dias após a comunicação pelo Setor responsável, sob pena de aplicação de multa por atraso; 8b) para os casos de perda total, o valor da mercadoria será o constante da nota de fornecimento; ou, em sua impossibilidade, levando-se em consideração o preço corrente de mercado para mercadorias de mesma natureza e qualidade. 9) Executar todos os serviços de transportes para o TRT de forma exclusiva, sendo vedado o "aproveitamento de carga" de natureza estranha aos bens de propriedade do Tribunal e a subcontratação. 10) Notificar a Contratante, por escrito, sobre irregularidades encontradas na execução do serviço, sob pena de incorrer em má-fé. 2. O PRESTADOR também se obriga, no que couber, ao atendimento do disposto no item 2 (Contratação de Serviços) do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 3a Edição, 2021, instituído pelo CSJT. B) RESPONSABILIDADES DO PRESTADOR 1. O PRESTADOR DE SERVIÇO será responsabilizado civil e administrativamente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos serviços. 2. O PRESTADOR DE SERVIÇO responsabilizar-se-á pela qualidade, eficiência e presteza na realização dos serviços contratados, em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento. 3. O PRESTADOR DE SERVIÇO responsabilizar-se-á pelo ressarcimento de todo prejuízo decorrente de avaria ou perda, durante o acondicionamento, carregamento, transporte ou descarregamento da carga. 4. O PRESTADOR DE SERVIÇO responsabilizar-se-á pelos encargos provenientes de acidente que vitime um ou mais empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí originar e por tudo o mais relativo às leis sociais, encargos trabalhistas e fiscais, contribuições previdenciárias e quaisquer outras obrigações que forem devidas decorrentes da execução dos serviços por seus empregados, uma vez inexistir vínculo deles com o TRT. "PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada."</p>	

14. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO	
14.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:	
Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica

14.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber
conforme item "Local e horário da prestação de serviços"

14.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços
Via email

14.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia
Não se aplica

14.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor

<input checked="" type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	Seção de Logística
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Seção de Logística
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input checked="" type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	(19) 3289-3028
<input type="checkbox"/>	Outra		

14.6 Forma de recebimento provisório e definitivo

Atestação da NF.

14.7 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

14.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento (VER EXEMPLO NA ABA IMR - EXEMPLO)

Indicador 1

Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

Indicador 2

Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

Indicador 3

Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

14.9 Sanções

"1. Salvo a existência de motivo expressamente justificado e aceito, a inexecução total ou parcial do ajustado ensejará seu cancelamento pela Administração, pelos motivos previstos nos artigos 20 e 21 do Decreto 7.892/2013, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais.

2. O atraso injustificado nos prazos estabelecidos para o carregamento dos materiais ou na efetiva entrega ou o atraso na devolução das Notas de Fornecimento, Notas de Transferência, implicarão as seguintes multas ao PRESTADOR DE SERVIÇO, calculadas sobre o valor dos serviços contratados ou sobre o valor dos materiais retirados (e não entregues), as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

2.1. até 3 (três) dias de atraso, multa única de 3% (três por cento).

2.2. partir do quarto dia de atraso, multa diária de 0,3% (três décimos por cento), limitado a 5% do valor contratado.

2.3. decorridos 7 (sete) dias sem a efetiva retirada dos materiais: poderá ensejar o cancelamento do ajustado, por culpa do PRESTADOR DE SERVIÇO.

2.4. a contagem dos dias de mora será feita em dias corridos.

3. Os dias de atraso serão contados a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

4. A aplicação das multas acima estabelecidas, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

5. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao PRESTADOR DE SERVIÇO o contraditório e a prévia defesa.

6. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

7. O cancelamento do ajustado, por culpa do PRESTADOR DE SERVIÇO, ensejará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do serviço não executado.

"

14.10 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

GRUPO - 01 Apresentar os valores para cada distância/peso abaixo, bem como os valores por m³ para mudança, conforme a seguir:					
Distância percorrida	12m³ ou 1500kg	13 a 18m³ ou 1800kg	19 a 32m³ ou 3500kg	33 a 48m³ ou 6000kg	
Até 100km de 101 a 300km de 301 a 500km de 501 a 700km de 701 a 900km Total de viagens : 200					
Descrição	Qtde	Valor Total			
Mudança sem utilização de veículo	5000 m³				
GRUPO 02					
ITEM	Descrição	Qtde	unidade	VI. Unit. Estimado (R\$)	VI. Total Estimado (R\$)
Item 1	Roteiro 1	4800	R\$/kg		
Item 2	Roteiro 2	5800	R\$/kg		
Item 3	Roteiro 3	4200	R\$/kg		

Item 4	Roteiro 4	2600	R\$/kg		
Item 5	Roteiro 5	3800	R\$/kg		
Item 6	Roteiro 6	4000	R\$/kg		
Item 7	Roteiro 7	3400	R\$/kg		
Item 8	Roteiro 8	3800	R\$/kg		
Item 9	Roteiro 9	3200	R\$/kg		
Item 10	Roteiro 10	4600	R\$/kg		
Item 11	Roteiro 11	6400	R\$/kg		
Item 12	Roteiro 12	4600	R\$/kg		
Item 13	Roteiro 13	2200	R\$/kg		
Item 14	Roteiro 14	11600	R\$/kg		
VALOR TOTAL ESTIMADO – GRUPO ÚNICO (R\$)					

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

16. ANÁLISE de RISCOS (deverão ser preenchidos os Riscos do Serviço - Item 15.2)
16.1 Riscos do Processo de Contratação:

Risco 1	Impugnação durante o processo de licitação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Atrasos na contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste.		Gestor e Coord. Licitações e Contratos.	

Risco 2	Falta de orçamento para concluir a contratação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva		Responsável	
Previsão no Plano de Contratações		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Renovação excepcional do contrato em vigência ou verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação.		Gestor	

Risco 3	Licitação fracassada ou deserta		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Inviabilizar a contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Renovação excepcional do contrato em vigência ou reedição de nova licitação		Gestor	

Risco 4	Atraso na licitação		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva			Responsável
Início do DOD com antecedência			Equipe de planejamento da contratação
Ação de Contingência			Responsável
Renovação excepcional do contrato em vigência			Gestor

16.2 Riscos do Objeto:			
Risco 1	Furto ou acidente		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Atrasos na contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Tendo em vista os riscos, já fazemos em todas as cargas o seguro pela empresa ganhadora, saindo a carga somente com comprovação de averbação de seguro .		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Todas empresas quando da contratação, tem seguros contra roubo e acidente.		Gestor da contratação	

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO
Contratação é viável?
<input checked="" type="checkbox"/> Sim
<input type="checkbox"/> Não

Data:	20/09/21				
Integrante Demandante:	Ed de Freitas Cruz Junior				
Integrante Técnico:	Odair Wagner Geraldo				
- Integrante Administrativo:	Titular:	Douglas Suetsugo Mitsuse	Suplente	Christiano Carneiro Ferreira	

ANEXO
TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO– Parte 1
1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)
<p>1.1 Descrição resumida do Objeto:</p> <p>Grupo 1 - transporte de bens permanentes e de materiais , médio e grande porte, local e intermunicipal, com respectiva carga e descarga, incluindo mudanças. Grupo 2 - transporte semestral de bens de consumo, local e intermunicipal, com respectiva carga e descarga.</p>
<p>1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de técnico responsável.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>Grupo 1 a) O transporte deverá ser executado utilizando veículos de carga com carroceria fechada (caminhão tipo baú ou utilitário furgão), para proteção do material e garantia de sua integridade, incluindo o trabalho de carga e descarga;</p> <p>b) os veículos da frota deverão ter ano de fabricação não superior a 5 (cinco) anos;</p> <p>c) a frota de veículos deve ser própria da empresa contratada e estar identificada com o logotipo ou marca da empresa;</p> <p>d) os veículos com capacidade de carga superior a 18m³ deverão possuir plataforma elevatória para cargas de materiais de grande peso e volume, pois os bens a serem transportados podem ser compostos por materiais delicados e de alto valor agregado;</p> <p>e) a inexistência de quaisquer dos itens acima impedirá a retirada do material e consequentemente a realização do serviço, podendo ensejar multa por atraso e/ou cancelamento do ajuste;</p> <p>f) poderá haver contratação de serviços de mudança sem utilização de veículo, nos casos em que for prestado no mesmo endereço apenas com mudança de localização interna;</p> <p>f.1) nos casos em que não for necessária ou não for eficiente a utilização de veículos para executar o serviço, o PRESTADOR DE SERVIÇO informará, em m², a quantidade total do volume ocupado pelos materiais e o valor do serviço será calculado também por m²; e, nesses casos, os responsáveis do TRT aprovarão ou retificarão o quantitativo informado.</p> <p>g) quando a Unidade Trabalhista pertencer a um Fórum (composto de várias Unidades Trabalhistas), a entrega/retirada deverá ser feita ao responsável de cada Unidade e NÃO para o responsável do Fórum. Por exemplo: o Fórum Trabalhista de Taubaté possui 4 (quatro) unidades trabalhistas - 1ª) 1ª Vara do Trabalho; 2ª) 2ª Vara do Trabalho; 3ª) Divisão de Execução; e, 4ª) CEJUSC, então os materiais deverão ser entregues/retirados para/de cada Unidade Organizacional, conforme constará na Nota de Fornecimento ou Nota de Transferência;</p> <p>h) para os serviços de mudança interna ou de unidade sendo transferida de uma para outra sede na mesma cidade, havendo necessidade, os serviços de desmontagem e montagem serão responsabilidade da Contratada que deverá possuir equipamentos e pessoal especializado para esse fim;</p> <p>i) no transporte de materiais com veículo, as viagens deverão ser com envio de carga dedicada, de forma exclusiva, sendo vedado o “aproveitamento de carga” de natureza estranha aos bens de propriedade do Tribunal;</p> <p>j) fornecer embalagens adequadas que garantam a proteção e integridade do material, tais como: papelão ondulado, plástico bolha, etiquetas, sacos e caixas plásticas, cobertores, fita adesiva etc, de acordo com a necessidade de cada viagem, equipamentos adequados para a movimentação dos bens de grande porte e cuidados especiais com as cargas delicadas;</p> <p>k) nos serviços de mudança que envolvam documentos e caixas de arquivos, a realocação e organização dos documentos no novo espaço e estanterias de arquivo será de responsabilidade da Contratada que deverá obedecer ao critério estabelecido pelo Coordenador/Responsável da Unidade para quem prestará o serviço;</p> <p>l) a distância percorrida será medida levando em consideração os intervalos rodoviários entre as localidades nas quais serão feitas a retirada e a entrega. Exemplos:</p> <p>l.1) para retirada de material no Fórum de Jau e entrega na Vara de Pederneiras será considerada a distância rodoviária entre essas duas localidades (de Jau até Pederneiras), considerando-se os endereços das Unidades constantes da página do TRT15;</p> <p>l.2) para retirada de material no Almoxarifado (em Campinas) e entrega no Fórum Trabalhista de Bauru será considerada a distância rodoviária entre essas duas localidades (de Campinas até Bauru);</p> <p>l.3) havendo mais de 02 (duas) Unidades envolvidas a distância rodoviária será medida somando-se as distâncias entre as cidades do trajeto/roteiro até a última localidade. Exemplos:</p> <p>l.3.1) para retirada de material no Almoxarifado e entrega nas Varas do Trabalho de Caçapava e Cruzeiro será considerada a distância rodoviária de Campinas até Caçapava somando-se à distância de Caçapava até Cruzeiro;</p> <p>l.3.2) para retirada de material no Almoxarifado e entrega no Fórum Trabalhista de Araraquara e Varas de Taquaritinga, Itápolis e Tanabi será considerada a distância rodoviária de Campinas até Araraquara, somando-se à distância de Araraquara até Taquaritinga, de Taquaritinga até Itápolis e de Itápolis até Tanabi;</p> <p>m) o Roteiro a ser percorrido será definido pela Seção de Logística;</p> <p>n) a distância (Km) será verificada por meio do site www.google.com.br/maps;;</p> <p>o) considerando transporte de material permanente (identificados com número de patrimônio), a Contratada será responsável por entregá-lo conforme descrito em cada Nota de Fornecimento ou Nota de Transferência, devendo também proceder à conferência no ato de carregamento. Caso haja alguma entrega de material permanente com número de tomo equivocado, caberá à Contratada efetuar sua correção/redistribuição, responsabilizando-se por qualquer despesa adicional;</p> <p>p) as situações excepcionais referentes às retiradas e entregas, inclusive eventuais prorrogações de prazo, deverão ser comunicadas e autorizadas pelas partes;</p> <p>q) os serviços de mudança ocorrerão conforme datas e localidades indicadas pelo TRT e serão solicitados por meio de Ordens de Serviço enviadas à Contratada por e-mail:</p> <p>q.1) a Ordem de Serviço conterá solicitação de vistoria à Unidade para a qual deverá ser feita a mudança, quando necessário, bem como nome do Responsável, prazos para a vistoria e data provável da mudança;</p> <p>q.2) o prazo de duração da mudança será estipulado pelo TRT conforme a necessidade de cada serviço, sendo acertado entre o Responsável da Unidade envolvida e a Contratada e devidamente registrado na Ordem de Serviço;</p> <p>q.3) a Unidade envolvida deverá encaminhar à Seção de Logística relação dos bens e documentos a serem transportados para a estimativa de gasto e de duração dos serviços;</p> <p>q.4) nos casos de necessidade de vistoria pela Contratada, esta deverá ser realizada em até 5 (cinco) dias após a comunicação por e-mail da Seção de Logística;</p> <p>q.4.1) o prazo para o encaminhamento da Ordem de Serviço da Vistoria preenchida é de até 2 (dois) dias após a realização da vistoria;</p> <p>q.4.2) a Ordem de Serviço contendo a quantidade de viagens sugeridas e o peso/cubagem bem como o prazo de realização do serviço deverá ser enviada por correspondência eletrônica ao endereço de e-mail cml.secadm@trt15.jus.br, relacionando como Assunto do texto: "Vistoria para mudança de endereço - nome da unidade trabalhista";</p> <p>Grupo 2 - a) O transporte deverá ser executado utilizando veículos de carga com carroceria fechada (caminhão tipo baú ou utilitário furgão), para proteção do material e garantia de sua integridade, incluindo o trabalho de carga e descarga;</p> <p>b) Os veículos da frota deverão ter ano de fabricação não superior a 5 (cinco) anos;</p> <p>b.1) A frota de veículos deve ser própria da contratada e estar identificada com o logotipo ou marca da empresa;</p> <p>b.2) A inexistência de quaisquer dos itens acima impedirá a retirada do material e consequentemente a realização do serviço, podendo ensejar multa por atraso e/ou rescisão do contrato.</p> <p>c) O trabalho de carga e descarga deverá ser realizado do Almoxarifado para Unidades Trabalhistas e vice-versa (logística reversa);</p> <p>c.1) Quando a Unidade Trabalhista pertencer a um Fórum (composto de várias Unidades Trabalhistas), a entrega deverá ser feita ao responsável de cada Unidade e NÃO para o responsável do Fórum. Por exemplo: o Fórum Trabalhista de Taubaté possui 4 (quatro) unidades trabalhistas - 1ª) CEJUSC; 2ª) 1ª Vara do Trabalho; 3ª) 2ª Vara do Trabalho e 4ª) Divisão de Execução, então os materiais deverão ser entregues para a Unidade Organizacional conforme documento de Fornecimento.</p> <p>d) As viagens de entrega e retirada deverão ser com envio de carga dedicado, podendo haver LOGÍSTICA REVERSA.</p> <p>e) O carregamento ocorrerá no Almoxarifado do Tribunal, em Campinas/SP, e descarregamento nos endereços de cada localidade/Unidade Trabalhista.</p> <p>f) As viagens ocorrerão para as localidades/Unidades Trabalhistas conforme indicadas nos roteiros. Deverá ser considerado o peso transportado.</p> <p>g) Serão utilizados 14 roteiros, neles estarão elencadas as cidades que os compõem, conforme quadro que seguirá anexo.</p> <p>h) o peso será aferido em balança própria do TRT.</p> <p>i) A título de estimativa para 2022, no ano de 2019 - último completo antes da pandemia, com atendimentos normais e presenciais, foram entregues durante o ano bens nos roteiros com a seguinte pesagem média:</p> <p>Roteiro 1 – 4.800 kg;</p> <p>Roteiro 2 – 5.800 kg;</p> <p>Roteiro 3 – 4.200 kg;</p> <p>Roteiro 4 – 2.600 kg;</p> <p>Roteiro 5 – 3.800 kg;</p> <p>Roteiro 6 – 4.000 kg;</p> <p>Roteiro 7 – 3.400 kg;</p> <p>Roteiro 8 – 3.800 kg;</p> <p>Roteiro 9 – 3.200 kg;</p> <p>Roteiro 10 – 4.600 kg;</p> <p>Roteiro 11 – 6.400 kg;</p> <p>Roteiro 12 – 4.600 kg;</p> <p>Roteiro 13 – 2.200 kg; e,</p> <p>Roteiro 14 – 11.600 kg.</p>
<p>1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado.</p> <p>Não aplica</p>

Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços			
Grupo 1- A prestação de serviço poderá ocorrer em qualquer unidade, em horário comercial, com detalhamento a ser definido nas ordens de serviços encaminhadas por e-mail, lembrando que os endereços das unidades trabalhistas estão disponíveis na Internet: https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas , o agendamento de entrega será feito pela seção de logística com previa antecedência. Grupo 2- A prestação de serviço ocorrerá entre o almoxarifado e as unidades trabalhistas do TRT15.			
Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
TRT15	09:00 as 18:00	de segunda-feira até sexta-feira	Ed,Odair,Carla (19) 3289'3028
Outros:			

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	
2.1 Motivação	
Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)	
Solução escolhida	01Contratação de empresa para prestar serviço de entrega de material permanente e de mudança. 02- Contratação de empresa para prestar serviço de entrega de material de consumo.
Justificativa	
Valor estimado	01 - R\$ 2.865.266,00; 02 - R\$ 292.152,00 e total de R\$ 3.157.418,00. Orçamento realizado pela Coordenadoria de Compras. O valor estimado é para fins de licitação e não significa que será totalmente utilizado, pois o item 01 contempla todas as possibilidades de algumas mudanças.
Outros	

2.2 Objetivos a serem alcançados, incluindo benefícios diretos e indiretos esperados	
Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)	
<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro benefício: 02-Fornecimento de bens de consumo essenciais para execução das atividades finalísticas do órgão.

2.3 Alinhamento Estratégico	http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020
Otimizar os processos de trabalho; e, Adequar constantemente as instalações físicas	

2.4 Referência aos Estudos Preliminares
20339/2021

2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado
Grupo 1- O consumo dependerá das demandas da Administração, poderá ou não ocorrer pedidos de mudança de sedes, de locações e/ou transferência de mobiliários. Grupo 2-Semestralmente as unidades trabalhistas requisitam materiais e eles precisam ser transportados do almoxarifado para as sedes da varas e fóruns; alguns insumos usados e/ou obsoletos retornam para logística reversa.

2.6 Natureza do objeto
Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)			
<input type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input checked="" type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

2.8 Impacto ambiental
Não

3. GESTÃO DO CONTRATO	
3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:	
Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO

Catálogo (CATMAT/CATSER)

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)
1.1 Descrição resumida do Objeto:
Grupo 1 - transporte de bens permanentes e de materiais , médio e grande porte, local e intermunicipal, com respectiva carga e descarga, incluindo mudanças. Grupo 2 - transporte semestral de bens de consumo, local e intermunicipal, com respectiva carga e descarga.
1.2 Descrição Detalhada do Objeto

<p>DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>Grupo 1 a) O transporte deverá ser executado utilizando veículos de carga com carroceria fechada (caminhão tipo baú ou utilitário furgão), para proteção do material e garantia de sua integridade, incluindo o trabalho de carga e descarga;</p> <p>b) os veículos da frota deverão ter ano de fabricação não superior a 5 (cinco) anos;</p> <p>c) a frota de veículos deve ser própria da empresa contratada e estar identificada com o logotipo ou marca da empresa;</p> <p>d) os veículos com capacidade de carga superior a 18m³ deverão possuir plataforma elevatória para cargas de materiais de grande peso e volume, pois os bens a serem transportados podem ser compostos por materiais delicados e de alto valor agregado;</p> <p>e) a inexistência de quaisquer dos itens acima impedirá a retirada do material e consequentemente a realização do serviço, podendo ensejar multa por atraso e/ou cancelamento do ajuste;</p> <p>f) poderá haver contratação de serviços de mudança sem utilização de veículo, nos casos em que for prestado no mesmo endereço apenas com mudança de localização interna;</p> <p>f.1) nos casos em que não for necessária ou não for eficiente a utilização de veículos para executar o serviço, o PRESTADOR DE SERVIÇO informará, em m², a quantidade total do volume ocupado pelos materiais e o valor do serviço será calculado também por m²; e, nesses casos, os responsáveis do TRT aprovarão ou retificarão o quantitativo informado.</p> <p>g) quando a Unidade Trabalhista pertencer a um Fórum (composto de várias Unidades Trabalhistas), a entrega/retirada deverá ser feita ao responsável de cada Unidade e NÃO para o responsável do Fórum. Por exemplo: o Fórum Trabalhista de Taubaté possui 4 (quatro) unidades trabalhistas - 1ª) 1ª Vara do Trabalho; 2ª) 2ª Vara do Trabalho; 3ª) Divisão de Execução; e, 4ª) CEJUSC, então os materiais deverão ser entregues/retirados para/de cada Unidade Organizacional, conforme constará na Nota de Fornecimento ou Nota de Transferência;</p> <p>h) para os serviços de mudança interna ou de unidade sendo transferida de uma para outra sede na mesma cidade, havendo necessidade, os serviços de desmontagem e montagem serão responsabilidade da Contratada que deverá possuir equipamentos e pessoal especializado para esse fim;</p> <p>i) no transporte de materiais com veículo, as viagens deverão ser com envio de carga dedicada, de forma exclusiva, sendo vedado o "aproveitamento de carga" de natureza estranha aos bens de propriedade do Tribunal;</p> <p>j) fornecer embalagens adequadas que garantam a proteção e integridade do material, tais como: papelão ondulado, plástico bolha, etiquetas, sacos e caixas plásticas, cobertores, fita adesiva etc, de acordo com a necessidade de cada viagem, equipamentos adequados para a movimentação dos bens de grande porte e cuidados especiais com as cargas delicadas;</p> <p>k) nos serviços de mudança que envolvam documentos e caixas de arquivos, a realocação e organização dos documentos no novo espaço e estanterias de arquivo será de responsabilidade da Contratada que deverá obedecer ao critério estabelecido pelo Coordenador/Responsável da Unidade para quem prestará o serviço;</p> <p>l) a distância percorrida será medida levando em consideração os intervalos rodoviários entre as localidades nas quais serão feitas a retirada e a entrega. Exemplos:</p> <p>l.1) para retirada de material no Fórum de Jaú e entrega na Vara de Pederneiras será considerada a distância rodoviária entre essas duas localidades (de Jaú até Pederneiras), considerando-se os endereços da Unidades constantes da página do TRT15;</p> <p>l.2) para retirada de material no Almoxarifado (em Campinas) e entrega no Fórum Trabalhista de Bauru será considerada a distância rodoviária entre essas duas localidades (de Campinas até Bauru);</p> <p>l.3) havendo mais de 02 (duas) Unidades envolvidas a distância rodoviária será medida somando-se as distâncias entre as cidades do trajeto/roteiro até a última localidade. Exemplos:</p> <p>l.3.1) para retirada de material no Almoxarifado e entrega nas Varas do Trabalho de Caçapava e Cruzeiro será considerada a distância rodoviária de Campinas até Caçapava somando-se à distância de Caçapava até Cruzeiro;</p> <p>l.3.2) para retirada de material no Almoxarifado e entrega no Fórum Trabalhista de Araraquara e Varas de Taquaritinga, Itápolis e Tanabi será considerada a distância rodoviária de Campinas até Araraquara, somando-se à distância de Araraquara até Taquaritinga, de Taquaritinga até Itápolis e de Itápolis até Tanabi;</p> <p>m) o Roteiro a ser percorrido será definido pela Seção de Logística;</p> <p>n) a distância (Km) será verificada por meio do site www.google.com.br/maps;;</p> <p>o) considerando transporte de material permanente (identificados com número de patrimônio), a Contratada será responsável por entregá-lo conforme descrito em cada Nota de Fornecimento ou Nota de Transferência, devendo também proceder à conferência no ato de carregamento. Caso haja alguma entrega de material permanente com número de tombo equivocado, caberá à Contratada efetuar sua correção/redistribuição, responsabilizando-se por qualquer despesa adicional;</p> <p>p) as situações excepcionais referentes às retiradas e entregas, inclusive eventuais prorrogações de prazo, deverão ser comunicadas e autorizadas pelas partes;</p> <p>q) os serviços de mudança ocorrerão conforme datas e localidades indicadas pelo TRT e serão solicitados por meio de Ordens de Serviço enviadas à Contratada por e-mail:</p> <p>q.1) a Ordem de Serviço conterá solicitação de vistoria à Unidade para a qual deverá ser feita a mudança, quando necessário, bem como nome do Responsável, prazos para a vistoria e data provável da mudança;</p> <p>q.2) o prazo de duração da mudança será estipulado pelo TRT conforme a necessidade de cada serviço, sendo acertado entre o Responsável da Unidade envolvida e a Contratada e devidamente registrado na Ordem de Serviço;</p> <p>q.3) a Unidade envolvida deverá encaminhar à Seção de Logística relação dos bens e documentos a serem transportados para a estimativa de gasto e de duração dos serviços;</p> <p>q.4) As viagens de necessidade de vistoria pela Contratada, esta deverá ser realizada em até 5 (cinco) dias após a comunicação por e-mail da Seção de Logística;</p> <p>q.4.1) o prazo para o encaminhamento da Ordem de Serviço da Vistoria preenchida é de até 2 (dois) dias após a realização da vistoria;</p> <p>q.4.2) a Ordem de Serviço contendo a quantidade de viagens sugeridas e o peso/cubagem bem como o prazo de realização do serviço deverá ser enviada por correspondência eletrônica ao endereço de e-mail cml.secadm@trt15.jus.br, relacionando como Assunto do texto: "Vistoria para mudança de endereço - nome da unidade trabalhista";</p> <p>Grupo 2 - a) O transporte deverá ser executado utilizando veículos de carga com carroceria fechada (caminhão tipo baú ou utilitário furgão), para proteção do material e garantia de sua integridade, incluindo o trabalho de carga e descarga;</p> <p>b) Os veículos da frota deverão ter ano de fabricação não superior a 5 (cinco) anos;</p> <p>b.1) A frota de veículos deve ser própria da contratada e estar identificada com o logotipo ou marca da empresa;</p> <p>b.2) A inexistência de quaisquer dos itens acima impedirá a retirada do material e consequentemente a realização do serviço, podendo ensejar multa por atraso e/ou rescisão do contrato.</p> <p>c) O trabalho de carga e descarga deverá ser realizado do Almoxarifado para Unidades Trabalhistas e vice-versa (logística reversa);</p> <p>c.1) Quando a Unidade Trabalhista pertencer a um Fórum (composto de várias Unidades Trabalhistas), a entrega deverá ser feita ao responsável de cada Unidade e NÃO para o responsável do Fórum. Por exemplo: o Fórum Trabalhista de Taubaté possui 4 (quatro) unidades trabalhistas - 1ª) CEJUSC; 2ª) 1ª Vara do Trabalho; 3ª) 2ª Vara do Trabalho e 4ª) Divisão de Execução, então os materiais deverão ser entregues para a Unidade Organizacional conforme documento de Fornecimento.</p> <p>d) As viagens de entrega e retirada deverão ser com envio de carga dedicado, podendo haver LOGÍSTICA REVERSA.</p> <p>e) O carregamento ocorrerá no Almoxarifado do Tribunal, em Campinas/SP, e descarregamento nos endereços de cada localidade/Unidade Trabalhista.</p> <p>f) As viagens ocorrerão para as localidades/Unidades Trabalhistas conforme indicadas nos roteiros. Deverá ser considerado o peso transportado.</p> <p>g) Serão utilizados 14 roteiros, neles estarão elencadas as cidades que os compõem, conforme quadro que seguirá anexo.</p> <p>h) o peso será aferido em balança própria do TRT.</p> <p>i) A título de estimativa para 2022, no ano de 2019 - último completo antes da pandemia, com atendimentos normais e presenciais, foram entregues durante o ano bens nos roteiros com a seguinte pesagem média:</p> <p>Roteiro 1 – 4.800 kg;</p> <p>Roteiro 2 – 5.800 kg;</p> <p>Roteiro 3 – 4.200 kg;</p> <p>Roteiro 4 – 2.600 kg;</p> <p>Roteiro 5 – 3.800 kg;</p> <p>Roteiro 6 – 4.000 kg;</p> <p>Roteiro 7 – 3.400 kg;</p> <p>Roteiro 8 – 3.800 kg;</p> <p>Roteiro 9 – 3.200 kg;</p> <p>Roteiro 10 – 4.600 kg;</p> <p>Roteiro 11 – 6.400 kg;</p> <p>Roteiro 12 – 4.600 kg;</p> <p>Roteiro 13 – 2.200 kg; e,</p> <p>Roteiro 14 –11.600 kg.</p>

<p>1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.</p> <p>Não aplica</p> <p>Outro</p>
<p>2. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO</p> <p>2.1 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas</p> <p>Pregão eletrônico</p>
<p>2.2 Forma de julgamento:</p> <p>Menor preço</p>
<p>2.3 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)</p> <p>Por grupo. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Admnistração Pública é a de menor preço</p>

2.4. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).	
Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.	
Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.	
Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras neelas previstas durante toda a sua vigência.	
2.4 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?	
Sim	
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.	Pela natureza da contratação, não é possível definir previamente o quantitativo dos serviços a serem demandados pela Administração. Durante o ano surgem mudanças de unidades; novos materiais e bens a serem entregues e/ou recolhidos, etc.
2.4.1 Fundamentação para a opção por SRP:	
Pela natureza da contratação, não é possível definir previamente o quantitativo dos serviços a serem demandados pela Administração. Durante o ano surgem mudanças de unidades; novos materiais e bens a serem entregues e/ou recolhidos, etc.	
2.4.2 Histórico de consumo:	
2- Há uma média que foi respeitada no ano de 2019, já mencionada no item 1.2 e aqui repetida: Roteiro 1 – 4.800 kg; Roteiro 2 – 5.800 kg; Roteiro 3 – 4.200 kg; Roteiro 4 – 2.600 kg; Roteiro 5 – 3.800 kg; Roteiro 6 – 4.000 kg; Roteiro 7 – 3.400 kg; Roteiro 8 – 3.800 kg; Roteiro 9 – 3.200 kg; Roteiro 10 – 4.600 kg; Roteiro 11 – 6.400 kg; Roteiro 12 – 4.600 kg; Roteiro 13 – 2.200 kg; e, Roteiro 14 – 11.600 kg.	
2.4.3 Estimativa de consumo:	
O consumo dependerá das demandas da Administração, poderá ou não ocorrer pedidos de mudança de sedes, de locações e/ou transferência de mobiliários.	
2.4.4 Quantidade para Consumo Imediato:	
Inexiste possibilidade de aferir esse item, em razão dos esclarecimentos constante do subitem acima.	
2.4.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:	
Inexiste possibilidade de aferir esse item, em razão dos esclarecimentos constante do subitem acima.	
2.4.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:	
Inexiste possibilidade de aferir esse item, em razão dos esclarecimentos constante do subitem acima.	
2.4.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?	
Gerenciador	
2.4.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique	
Sim, Grupo 1 - as demandas para mudança chegam e a Logística avalia a distância a ser percorrida e o volume a ser utilizado, ou se não utilizará caminhão, e indica para contratação aquele item que mais se adequa, de acordo com a distância e o volume de material. Assim, alguns itens podem ser contratados mais que outros e, ainda, inexistir ajuste para alguns deles durante todo o ano. Grupo 2 - todas as unidades trabalhistas fazem suas requisições de material, duas vezes por ano, somente quando se consolida os pedidos é que se pode confirmar a pesagem; assim, é possível que alguns roteiros sejam mais 'pesados' que outros.	

3. REQUISITOS TÉCNICO-LEGAIS DA CONTRATAÇÃO			
3.1. Há critérios de sustentabilidade a serem observado?			
Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
		2. Contratação de Serviços	- Nos contratos de prestação de serviços, deve-se obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06; - A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições: a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069 /1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
			A contratada deve fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR 06 do MTE.
Há especificação de ROHs?			Não se aplica
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/192701/2021_res0310_csjt.pdf?sequence=1&isAllowed=y			

3.2 ARQUIVOS
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?
Não
Indicar anexo ou local em que pode ser baixado
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:

3.3 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)

A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.

<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional:	Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantitativos e prazos com o objeto desta licitação, com a discriminação dos serviços prestados e respectivas quantidades, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove: - para o Grupo 1, serviços de mudança com cubagem mínima de 20m³ ou 3.000 kg; - para o Grupo 2, quantitativo mínimo de 50% do Roteiro 14, maior estimativa de utilização.
<input checked="" type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:	RNTRC, junto à ANTT.
<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).	
<input type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	

3.4 HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?

Sim	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	Resolução ANTT nº 4.799/2015, alterada pelas Resoluções nºs 4.836/2015, 5.032/2016 e 5.081/2016, bem como a Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015 Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, suas alterações e complementações até a de nº 433/2011.

4. VISTORIA / VISITA TÉCNICA

Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Não se aplica	
Se sim. Justificar:	Não se aplica
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
4.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):	
Não se aplica	

5. PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

06/01/2022

6. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Grupo 1- A prestação de serviço poderá ocorrer em qualquer unidade, em horário comercial, com detalhamento a ser definido nas ordens de serviços encaminhadas por e-mail, lembrando que os endereços das unidades trabalhistas estão disponíveis na Internet: https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas , o agendamento de entrega será feito pela seção de logística com previa antecedência. Grupo 2- A prestação de serviço ocorrerá entre o almoxarifado e as unidades trabalhistas do TRT15.			
Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
TRT15	09:00 as 18:00	de segunda-feira até sexta-feira	Ed,Odair,Carla (19) 3289'3028
Outros:			

7. GARANTIA

7.1 Garantia do objeto
Especificar o objeto e a qual grupo se refere:
Não se aplica
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.
7.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)
Não se aplica

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Especificações:
8.1. Obrigações da Contratante (TRT)
O TRT se compromete a dar plena e fiel execução à Ata de Registro de Preços, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar, no prazo estabelecido neste termo de referência, o pagamento dos serviços efetivamente executados e definitivamente recebidos. Permitir o acesso dos empregados do Prestador de Serviço nas dependências de suas Unidades, para execução dos trabalhos, nos horários estabelecidos, desde que devidamente identificados.
8.2. Obrigações da Contratada

OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR 1. O PRESTADOR se compromete a dar plena e fiel execução à ata de registro de preços, respeitando todas as condições estabelecidas, e se obriga a: 1) Respeitar todas as condições estabelecidas na Resolução ANTT no 4.799/2015, alterada pelas Resoluções nos 4.836/2015, 5.032/2016 e 5.081/2016, bem como a Lei no 13.103, de 02 de março de 2015. 2) Em todos os casos, o transporte deverá ser executado utilizando veículos de carga com carroceria fechada (caminhão tipo baú ou utilitário furgão), para proteção do material e garantia de sua integridade, incluindo o trabalho de carga e descarga; 2a) os veículos da frota deverão ter ano de fabricação não superior a 5 (cinco) anos; 2b) a frota de veículos deve ser própria da empresa contratada e estar identificada com o logotipo ou marca da empresa; 2c) em caso de dano ou quebra do veículo, quando o serviço for acionado, deverá ser providenciada substituição em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, contados da comunicação do ocorrido não sendo motivo para prorrogação do prazo de entrega dos materiais; 2d) todas as despesas relativas aos veículos (manutenção, conservação, combustíveis, taxas, impostos, multas, danos decorrentes de eventuais acidentes, pedágios, etc.) serão de sua única e exclusiva responsabilidade. 3) Dispor de pessoal qualificado para a prestação dos serviços de transportes de cargas. 3a) todos os funcionários deverão se apresentar devidamente uniformizados e portando crachás de identificação; 3b) fornecer equipamentos e materiais de apoio para a perfeita execução dos serviços, quando necessário. 4) Efetuar o carregamento e descarregamento no horário das 9h às 18 horas, devendo solicitar autorização expressa em documento assinado pelo responsável pela Unidade Trabalhista caso o serviço necessite ser realizado em horário diverso. 4a) Todo descarregamento deverá ter seu dia e horário previamente agendado com o Diretor e/ou Responsável pela Unidade Trabalhista com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas; 4b) informar, antecipadamente à realização do serviço, ao Gestor do contrato ou a quem ele designar, o que segue: 4b1) relação com nome de todos os funcionários que estarão escalados para os serviços; 4b2) comprovação da averbação da carga junto à seguradora, caso seja uma exigência contida na apólice de seguros da empresa transportadora; 4b3) cópia da documentação do veículo para averiguação do ano de fabricação; 5) Executar serviço de logística reversa, somente se o material estiver acompanhado de documentação emitida e assinada pela Unidade Trabalhista remetente; 5a) Caso não haja nenhum material a ser retirado em logística reversa, solicitar ao responsável pela Unidade documento formal comprovando o fato. 6) Conferir os volumes listados, e as condições das embalagens antes do carregamento, testando a conformidade dos quantitativos e a condição física dos materiais. 7) Realizar a entrega no endereço e para o responsável de cada Unidade Trabalhista conforme especificado na Nota de Fornecimento. O endereço da Unidade Trabalhista deverá ser confirmado junto ao site deste E. Tribunal no portal: <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas>, bem como o nome do Diretor ou Responsável pela Unidade. 8) Ressarcir todo prejuízo decorrente da avaria ou perda, durante o acondicionamento, transporte ou descarregamento dos bens; 8a) o ressarcimento pelo prejuízo deverá ser feito num prazo de até 30 (trinta) dias após a comunicação pelo Setor responsável, sob pena de aplicação de multa por atraso; 8b) para os casos de perda total, o valor da mercadoria será o constante da nota de fornecimento; ou, em sua impossibilidade, levando-se em consideração o preço corrente de mercado para mercadorias de mesma natureza e qualidade. 9) Executar todos os serviços de transportes para o TRT de forma exclusiva, sendo vedado o "aproveitamento de carga" de natureza estranha aos bens de propriedade do Tribunal e a subcontratação. 10) Notificar a Contratante, por escrito, sobre irregularidades encontradas na execução do serviço, sob pena de incorrer em má-fé. 2. O PRESTADOR também se obriga, no que couber, ao atendimento do disposto no item 2 (Contratação de Serviços) do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 3a Edição, 2021, instituído pelo CSJT. B) RESPONSABILIDADES DO PRESTADOR 1. O PRESTADOR DE SERVIÇO será responsabilizado civil e administrativamente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos serviços. 2. O PRESTADOR DE SERVIÇO responsabilizar-se-á pela qualidade, eficiência e presteza na realização dos serviços contratados, em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento. 3. O PRESTADOR DE SERVIÇO responsabilizar-se-á pelo ressarcimento de todo prejuízo decorrente de avaria ou perda, durante o acondicionamento, carregamento, transporte ou descarregamento da carga. 4. O PRESTADOR DE SERVIÇO responsabilizar-se-á pelos encargos provenientes de acidente que vitime um ou mais empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí originar e por tudo o mais relativo às leis sociais, encargos trabalhistas e fiscais, contribuições previdenciárias e quaisquer outras obrigações que forem devidas decorrentes da execução dos serviços por seus empregados, uma vez inexistir vínculo deles com o TRT. "PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada."

9. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO			
9.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:			
Gestor do Contrato:		Não se aplica	
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):		Não se aplica	
9.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber conforme item "Local e horário da prestação de serviços"			
9.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços			
Via email			
9.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia			
Não se aplica			
9.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input checked="" type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	Seção de Logística
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Seção de Logística
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	(19) 3289-3028
<input type="checkbox"/>	Outra		
9.6 Forma de recebimento provisório e definitivo			
Atestação da NF.			
9.7 Forma de pagamento			
O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.			
9.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento			
Indicador 1			
Finalidade			
Meta a cumprir			
Instrumento de Medição			
Forma de Acompanhamento			
Periodicidade			
Mecanismo de cálculo			
Faixas de Ajuste no pagamento mensal			
Sanções			
Indicador 2			
Finalidade			
Meta a cumprir			
Instrumento de Medição			
Forma de Acompanhamento			

Contratação urgente?	<input checked="" type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:

CONTRATAÇÃO É URGENTE

Catálogo (CATMAT/CATSER)

1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
<p>É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?</p> <p>Sim</p> <p>Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.</p> <p>Pela natureza da contratação, não é possível definir previamente o quantitativo dos serviços a serem demandados pela Administração. Durante o ano surgem mudanças de unidades; novos materiais e bens a serem entregues e/ou recolhidos, etc.</p> <p>1.1 Fundamentação para a opção por SRP:</p> <p>Pela natureza da contratação, não é possível definir previamente o quantitativo dos serviços a serem demandados pela Administração. Durante o ano surgem mudanças de unidades; novos materiais e bens a serem entregues e/ou recolhidos, etc.</p> <p>1.2 Histórico de consumo:</p> <p>2- Há uma média que foi respeitada no ano de 2019, já mencionada no item 1.2 e aqui repetida: Roteiro 1 – 4.800 kg; Roteiro 2 – 5.800 kg; Roteiro 3 – 4.200 kg; Roteiro 4 – 2.600 kg; Roteiro 5 – 3.800 kg; Roteiro 6 – 4.000 kg; Roteiro 7 – 3.400 kg; Roteiro 8 – 3.800 kg; Roteiro 9 – 3.200 kg, Roteiro 10 – 4.600 kg; Roteiro 11 – 6.400 kg; Roteiro 12 – 4.600 kg; Roteiro 13 – 2.200 kg; e, Roteiro 14 –11.600 kg.</p> <p>1.3 Estimativa de consumo:</p> <p>O consumo dependerá das demandas da Administração, poderá ou não ocorrer pedidos de mudança de sedes, de locações e/ou transferência de mobiliários.</p> <p>1.4 Quantidade para Consumo imediato:</p> <p>Inexiste possibilidade de aferir esse item, em razão dos esclarecimentos constante do subitem acima.</p> <p>1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:</p> <p>Inexiste possibilidade de aferir esse item, em razão dos esclarecimentos constante do subitem acima.</p> <p>1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:</p> <p>Inexiste possibilidade de aferir esse item, em razão dos esclarecimentos constante do subitem acima.</p> <p>1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?</p> <p>Gerenciador</p> <p>1.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique</p> <p>Sim, Grupo 1 - as demandas para mudança chegam e a Logística avalia a distância a ser percorrida e o volume a ser utilizado, ou se não utilizará caminhão, e indica para contratação aquele item que mais se adequa, de acordo com a distância e o volume de material. Assim, alguns itens podem ser contratados mais que outros e, ainda, inexistir ajuste para alguns deles durante todo o ano. Grupo 2 - todas as unidades trabalhistas fazem suas requisições de material, duas vezes por ano, somente quando se consolida os pedidos é que se pode confirmar a pesagem; assim, é possível que alguns roteiros sejam mais "pesados" que outros.</p>

2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?
<p>Sim</p> <p>Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):</p> <p>Resolução ANTT nº 4.799/2015, alterada pelas Resoluções nºs 4.836/2015, 5.032/2016 e 5.081/2016, bem como a Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015</p> <p>Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, suas alterações e complementações até a de nº 433/2011.</p>

3. OBJETO
<p>3.1 Descrição Detalhada do Objeto</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>Grupo 1 a) O transporte deverá ser executado utilizando veículos de carga com carroceria fechada (caminhão tipo baú ou utilitário furgão), para proteção do material e garantia de sua integridade, incluindo o trabalho de carga e descarga;</p> <p>b) os veículos da frota deverão ter ano de fabricação não superior a 5 (cinco) anos;</p> <p>c) a frota de veículos deve ser própria da empresa contratada e estar identificada com o logotipo ou marca da empresa;</p> <p>d) os veículos com capacidade de carga superior a 18m³ deverão possuir plataforma elevatória para cargas de materiais de grande peso e volume, pois os bens a serem transportados podem ser compostos por materiais delicados e de alto valor agregado;</p> <p>e) a inexistência de quaisquer dos itens acima impedirá a retirada do material e consequentemente a realização do serviço, podendo ensejar multa por atraso e/ou cancelamento do ajuste;</p> <p>f) poderá haver contratação de serviços de mudança sem utilização de veículo, nos casos em que for prestado no mesmo endereço apenas com mudança de localização interna;</p> <p>f.1) nos casos em que não for necessária ou não for eficiente a utilização de veículos para executar o serviço, o PRESTADOR DE SERVIÇO informará, em m³, a quantidade total do volume ocupado pelos materiais e o valor do serviço será calculado também por m³; e, nesses casos, os responsáveis do TRT aprovarão ou retificarão o quantitativo informado.</p> <p>g) quando a Unidade Trabalhista pertencer a um Fórum (composto de várias Unidades Trabalhistas), a entrega/retirada deverá ser feita ao responsável de cada Unidade e NÃO para o responsável do Fórum. Por exemplo: o Fórum Trabalhista de Taubaté possui 4 (quatro) unidades trabalhistas - 1ª) 1ª Vara do Trabalho; 2ª) 2ª Vara do Trabalho; 3ª) Divisão de Execução; e, 4ª) CEJUSC, então os materiais deverão ser entregues/retirados para/de cada Unidade Organizacional, conforme constará na Nota de Fornecimento ou Nota de Transferência;</p> <p>h) para os serviços de mudança interna ou de unidade sendo transferida de uma para outra sede na mesma cidade, havendo necessidade, os serviços de desmontagem e montagem serão responsabilidade da Contratada que deverá possuir equipamentos e pessoal especializado para esse fim;</p> <p>i) no transporte de materiais com veículo, as viagens deverão ser com envio de carga dedicada, de forma exclusiva, sendo vedado o “aproveitamento de carga” de natureza estranha aos bens de propriedade do Tribunal;</p> <p>j) fornecer embalagens adequadas que garantam a proteção e integridade do material, tais como: papelão ondulado, plástico bolha, etiquetas, sacos e caixas plásticas, cobertores, fita adesiva etc, de acordo com a necessidade de cada viagem, equipamentos adequados para a movimentação dos bens de grande porte e cuidados especiais com as cargas delicadas;</p>

k) nos serviços de mudança que envolvam documentos e caixas de arquivos, a realocação e organização dos documentos no novo espaço e estanterias de arquivo será de responsabilidade da Contratada que deverá obedecer ao critério estabelecido pelo Coordenador/Responsável da Unidade para quem prestará o serviço;

l) a distância percorrida será medida levando em consideração os intervalos rodoviários entre as localidades nas quais serão feitas a retirada e a entrega. Exemplos:

l.1) para retirada de material no Fórum de Jau e entrega na Vara de Pederneiras será considerada a distância rodoviária entre essas duas localidades (de Jau até Pederneiras), considerando-se os endereços das Unidades constantes da página do TRT15;

l.2) para retirada de material no Almoxarifado (em Campinas) e entrega no Fórum Trabalhista de Bauru será considerada a distância rodoviária entre essas duas localidades (de Campinas até Bauru);

l.3) havendo mais de 02 (duas) Unidades envolvidas a distância rodoviária será medida somando-se as distâncias entre as cidades do trajeto/roteiro até a última localidade. Exemplos:

l.3.1) para retirada de material no Almoxarifado e entrega nas Varas do Trabalho de Caçapava e Cruzeiro será considerada a distância rodoviária de Campinas até Caçapava somando-se à distância de Caçapava até Cruzeiro;

l.3.2) para retirada de material no Almoxarifado e entrega no Fórum Trabalhista de Araraquara e Varas de Taquaritinga, Itápolis e Tanabi será considerada a distância rodoviária de Campinas até Araraquara, somando-se à distância de Araraquara até Taquaritinga, de Taquaritinga até Itápolis e de Itápolis até Tanabi;

m) o Roteiro a ser percorrido será definido pela Seção de Logística;

n) a distância (Km) será verificada por meio do site www.google.com.br/maps;;

o) considerando transporte de material permanente (identificados com número de patrimônio), a Contratada será responsável por entregá-lo conforme descrito em cada Nota de Fornecimento ou Nota de Transferência, devendo também proceder à conferência no ato de carregamento. Caso haja alguma entrega de material permanente com número de tombo equivocado, caberá à Contratada efetuar sua correção/redistribuição, responsabilizando-se por qualquer despesa adicional;

p) as situações excepcionais referentes às retiradas e entregas, inclusive eventuais prorrogações de prazo, deverão ser comunicadas e autorizadas pelas partes;

q) os serviços de mudança ocorrerão conforme datas e localidades indicadas pelo TRT e serão solicitados por meio de Ordens de Serviço enviadas à Contratada por e-mail:

q.1) a Ordem de Serviço conterá solicitação de vistoria à Unidade para a qual deverá ser feita a mudança, quando necessário, bem como nome do Responsável, prazos para a vistoria e data provável da mudança;

q.2) o prazo de duração da mudança será estipulado pelo TRT conforme a necessidade de cada serviço, sendo acertado entre o Responsável da Unidade envolvida e a Contratada e devidamente registrado na Ordem de Serviço;

q.3) a Unidade envolvida deverá encaminhar à Seção de Logística relação dos bens e documentos a serem transportados para a estimativa de gasto e de duração dos serviços;

q.4) nos casos de necessidade de vistoria pela Contratada, esta deverá ser realizada em até 5 (cinco) dias após a comunicação por e-mail da Seção de Logística;

q.4.1) o prazo para o encaminhamento da Ordem de Serviço da Vistoria preenchida é de até 2 (dois) dias após a realização da vistoria;

q.4.2) a Ordem de Serviço contendo a quantidade de viagens sugeridas e o peso/cubagem bem como o prazo de realização do serviço deverá ser enviada por correspondência eletrônica ao endereço de e-mail cml.secadm@trt15.jus.br, relacionando como Assunto do texto: "Vistoria para mudança de endereço - nome da unidade trabalhista";

Grupo 2 - a) O transporte deverá ser executado utilizando veículos de carga com carroceria fechada (caminhão tipo baú ou utilitário furgão), para proteção do material e garantia de sua integridade, incluindo o trabalho de carga e descarga;

b) Os veículos da frota deverão ter ano de fabricação não superior a 5 (cinco) anos;

b.1) A frota de veículos deve ser própria da contratada e estar identificada com o logotipo ou marca da empresa;

b.2) A inexistência de quaisquer dos itens acima impedirá a retirada do material e consequentemente a realização do serviço, podendo ensejar multa por atraso e/ou rescisão do contrato.

c) O trabalho de carga e descarga deverá ser realizado do Almoxarifado para Unidades Trabalhistas e vice-versa (logística reversa);

c.1) Quando a Unidade Trabalhista pertencer a um Fórum (composto de várias Unidades Trabalhistas), a entrega deverá ser feita ao responsável de cada Unidade e NÃO para o responsável do Fórum. Por exemplo: o Fórum Trabalhista de Taubaté possui 4 (quatro) unidades trabalhistas - 1ª) CEJUSC; 2ª) 1ª Vara do Trabalho; 3ª) 2ª Vara do Trabalho e 4ª) Divisão de Execução, então os materiais deverão ser entregues para a Unidade Organizacional conforme documento de Fornecimento.

d) As viagens de entrega e retirada deverão ser com envio de carga dedicado, podendo haver LOGÍSTICA REVERSA.

e) O carregamento ocorrerá no Almoxarifado do Tribunal, em Campinas/SP, e descarregamento nos endereços de cada localidade/Unidade Trabalhista.

f) As viagens ocorrerão para as localidades/Unidades Trabalhistas conforme indicadas nos roteiros. Deverá ser considerado o peso transportado.

g) Serão utilizados 14 roteiros, neles estarão elencadas as cidades que os compõem, conforme quadro que seguirá anexo.

h) o peso será aferido em balança própria do TRT.

i) A título de estimativa para 2022, no ano de 2019 - último completo antes da pandemia, com atendimentos normais e presenciais, foram entregues durante o ano bens nos roteiros com a seguinte pesagem média:

Roteiro 1 – 4.800 kg;
Roteiro 2 – 5.800 kg;
Roteiro 3 – 4.200 kg;
Roteiro 4 – 2.600 kg;
Roteiro 5 – 3.800 kg;
Roteiro 6 – 4.000 kg;
Roteiro 7 – 3.400 kg;
Roteiro 8 – 3.800 kg;
Roteiro 9 – 3.200 kg;
Roteiro 10 – 4.600 kg;
Roteiro 11 – 6.400 kg;
Roteiro 12 – 4.600 kg;
Roteiro 13 – 2.200 kg; e,
Roteiro 14 – 11.600 kg.

4. EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 Local e horário da prestação dos serviços

Grupo 1- A prestação de serviço poderá ocorrer em qualquer unidade, em horário comercial, com detalhamento a ser definido nas ordens de serviços encaminhadas por e-mail, lembrando que os endereços das unidades trabalhistas estão disponíveis na Internet: <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas> , o agendamento de entrega será feito pela seção de logística com previa antecedência. Grupo 2- A prestação de serviço ocorrerá entre o almoxarifado e as unidades trabalhistas do TRT15.

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
TRT15	09:00 as 18:00	de segunda-feira até sexta-feira	Ed,Odair,Carla (19) 3289´3028
Outros:			

4.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

conforme item "Local e horário da prestação de serviços"

4.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

Via email

4.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input checked="" type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	Seção de Logística
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Seção de Logística
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	(19) 3289-3028
<input type="checkbox"/>	Outra		

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. SUSTENTABILIDADE

Há critérios de sustentabilidade a serem observado?

Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
		2. Contratação de Serviços	- Nos contratos de prestação de serviços, deve-se obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06; - A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições: a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069 /1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
			A contratada deve fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR 06 do MTE.
Há especificação de ROHs?			Não se aplica
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/192701/2021_res0310_csjt.pdf?sequence=1&isAllowed=y			

5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR 1. O PRESTADOR se compromete a dar plena e fiel execução à ata de registro de preços, respeitando todas as condições estabelecidas, e se obriga a: 1) Respeitar todas as condições estabelecidas na Resolução ANTT no 4.799/2015, alterada pelas Resoluções nos 4.836/2015, 5.032/2016 e 5.081/2016, bem como a Lei no 13.103, de 02 de março de 2015. 2) Em todos os casos, o transporte deverá ser executado utilizando veículos de carga com carroceria fechada (caminhão tipo baú ou utilitário furgão), para proteção do material e garantia de sua integridade, incluindo o trabalho de carga e descarga; 2a) os veículos da frota deverão ter ano de fabricação não superior a 5 (cinco) anos; 2b) a frota de veículos deve ser própria da empresa contratada e estar identificada com o logotipo ou marca da empresa; 2c) em caso de dano ou quebra do veículo, quando o serviço for acionado, deverá ser providenciada substituição em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, contados da comunicação do ocorrido não sendo motivo para prorrogação do prazo de entrega dos materiais; 2d) todas as despesas relativas aos veículos (manutenção, conservação, combustíveis, taxas, impostos, multas, danos decorrentes de eventuais acidentes, pedágios, etc.) serão de sua única e exclusiva responsabilidade. 3) Dispor de pessoal qualificado para a prestação dos serviços de transportes de cargas. 3a) todos os funcionários deverão se apresentar devidamente uniformizados e portando crachás de identificação; 3b) fornecer equipamentos e materiais de apoio para a perfeita execução dos serviços, quando necessário. 4) Efetuar o carregamento e descarregamento no horário das 9h às 18 horas, devendo solicitar autorização expressa em documento assinado pelo responsável pela Unidade Trabalhista caso o serviço necessite ser realizado em horário diverso. 4a) Todo descarregamento deverá ter seu dia e horário previamente agendado com o Diretor e/ou Responsável pela Unidade Trabalhista com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas; 4b) informar, antecipadamente à realização do serviço, ao Gestor do contrato ou a quem ele designar, o que segue: 4b1) relação com nome de todos os funcionários que estarão escalados para os serviços; 4b2) comprovação da averbação da carga junto à seguradora, caso seja uma exigência contida na apólice de seguros da empresa transportadora; 4b3) cópia da documentação do veículo para averiguação do ano de fabricação; 5) Executar serviço de logística reversa, somente se o material estiver acompanhado de documentação emitida e assinada pela Unidade Trabalhista remetente; 5a) Caso não haja nenhum material a ser retirado em logística reversa, solicitar ao responsável pela Unidade documento formal comprovando o fato. 6) Conferir os volumes listados, e as condições das embalagens antes do carregamento, testando a conformidade dos quantitativos e a condição física dos materiais. 7) Realizar a entrega no endereço e para o responsável de cada Unidade Trabalhista conforme especificado na Nota de Fornecimento. O endereço da Unidade Trabalhista deverá ser confirmado junto ao site deste E. Tribunal no portal: <https://trt15.jus.br/contrato/informacoes-das-varas>, bem como o nome do Diretor ou Responsável pela Unidade. 8) Ressarcir todo prejuízo decorrente da avaria ou perda, durante o acondicionamento, transporte ou descarregamento dos bens; 8a) o ressarcimento pelo prejuízo deverá ser feito num prazo de até 30 (trinta) dias após a comunicação pelo Setor responsável, sob pena de aplicação de multa por atraso; 8b) para os casos de perda total, o valor da mercadoria será o constante da nota de fornecimento; ou, em sua impossibilidade, levando-se em consideração o preço corrente de mercado para mercadorias de mesma natureza e qualidade. 9) Executar todos os serviços de transportes para o TRT de forma exclusiva, sendo vedado o "aproveitamento de carga" de natureza estranha aos bens de propriedade do Tribunal e a subcontratação. 10) Notificar a Contratante, por escrito, sobre irregularidades encontradas na execução do serviço, sob pena de incorrer em má-fé. 2. O PRESTADOR também se obriga, no que couber, ao atendimento do disposto no item 2 (Contratação de Serviços) do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 3a Edição, 2021, instituído pelo CSJT. B) RESPONSABILIDADES DO PRESTADOR 1. O PRESTADOR DE SERVIÇO será responsabilizado civil e administrativamente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos serviços. 2. O PRESTADOR DE SERVIÇO responsabilizar-se-á pela qualidade, eficiência e presteza na realização dos serviços contratados, em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento. 3. O PRESTADOR DE SERVIÇO responsabilizar-se-á pelo ressarcimento de todo prejuízo decorrente de avaria ou perda, durante o acondicionamento, carregamento, transporte ou descarregamento da carga. 4. O PRESTADOR DE SERVIÇO responsabilizar-se-á pelos encargos provenientes de acidente que vitime um ou mais empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí originar e por tudo o mais relativo às leis sociais, encargos trabalhistas e fiscais, contribuições previdenciárias e quaisquer outras obrigações que forem devidas decorrentes da execução dos serviços por seus empregados, uma vez inexistir vínculo deles com o TRT. "PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada."

6. GARANTIA DO OBJETO E DO CONTRATO

6.1 Garantia do objeto

Especificar o objeto e a qual grupo se refere:

Não se aplica

Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.

6.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)

Não se aplica

6.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Não se aplica

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TRT)

O TRT se compromete a dar plena e fiel execução à Ata de Registro de Preços, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar, no prazo estabelecido neste termo de referência, o pagamento dos serviços efetivamente executados e definitivamente recebidos. Permitir o acesso dos empregados do Prestador de Serviço nas dependências de suas Unidades, para execução dos trabalhos, nos horários estabelecidos, desde que devidamente identificados.

8. VALOR

8.1 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

GRUPO - 01 Apresentar os valores para cada distância/peso abaixo, bem como os valores por m³ para mudança, conforme a seguir:

Distância percorrida	12m³ ou 1500kg	13 a 18m³ ou 1800kg	19 a 32m³ ou 3500kg	33 a 48m³ ou 6000kg	
----------------------	----------------	---------------------	---------------------	---------------------	--

Até 100km de 101 a 300km de 301 a 500km de 501 a 700km de 701 a 900km Total de viagens : 200					
Descrição	Qtde	Valor Total			
Mudança sem utilização de veículo	5000 m³				
GRUPO 02					
ITEM	Descrição	Qtde	unidade	Vi. Unit.Estimado (R\$)	Vi. Total Estimado (R\$)
Item 1	Roteiro 1	4800	R\$/kg		
Item 2	Roteiro 2	5800	R\$/kg		
Item 3	Roteiro 3	4200	R\$/kg		
Item 4	Roteiro 4	2600	R\$/kg		
Item 5	Roteiro 5	3800	R\$/kg		
Item 6	Roteiro 6	4000	R\$/kg		
Item 7	Roteiro 7	3400	R\$/kg		
Item 8	Roteiro 8	3800	R\$/kg		
Item 9	Roteiro 9	3200	R\$/kg		
Item 10	Roteiro 10	4600	R\$/kg		
Item 11	Roteiro 11	6400	R\$/kg		
Item 12	Roteiro 12	4600	R\$/kg		
Item 13	Roteiro 13	2200	R\$/kg		
Item 14	Roteiro 14	11600	R\$/kg		
VALOR TOTAL ESTIMADO – GRUPO ÚNICO (R\$)					

9. EQUIPE DE GESTÃO	
Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica
Fiscal Técnico do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Administrativo	Não se aplica

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)	
Indicador 1	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
Indicador 2	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

11. FATURAMENTO	
Gestor do Contrato:	Não se aplica

12. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO
Atestação da NF.

13. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA
Não aplica
Outro

14.1 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual	
<input checked="" type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

14.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual	Não se aplica
É necessário sobreposição contratual?	
Não se aplica	
14.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	
Não se aplica	
14.2.2. Devolução de recursos materiais	
Não se aplica	

15. SANÇÕES
"1. Salvo a existência de motivo expressamente justificado e aceito, a inexecução total ou parcial do ajustado ensejará seu cancelamento pela Administração, pelos motivos previstos nos artigos 20 e 21 do Decreto 7.892/2013, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais.
2. O atraso injustificado nos prazos estabelecidos para o carregamento dos materiais ou na efetiva entrega ou o atraso na devolução das Notas de Fornecimento, Notas de Transferência, implicarão as seguintes multas ao PRESTADOR DE SERVIÇO, calculadas sobre o valor dos serviços contratados ou sobre o valor dos materiais retirados (e não entregues), as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:
2.1. até 3 (três) dias de atraso, multa única de 3% (três por cento).
2.2. partir do quarto dia de atraso, multa diária de 0,3% (três décimos por cento), limitado a 5% do valor contratado.
2.3. decorridos 7 (sete) dias sem a efetiva retirada dos materiais: poderá ensejar o cancelamento do ajustado, por culpa do PRESTADOR DE SERVIÇO.
2.4. a contagem dos dias de mora será feita em dias corridos.
3. Os dias de atraso serão contados a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
4. A aplicação das multas acima estabelecidas, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.
5. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao PRESTADOR DE SERVIÇO o contraditório e a prévia defesa.
6. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.
7. O cancelamento do ajustado, por culpa do PRESTADOR DE SERVIÇO, ensejará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do serviço não executado.
"

16. DISPOSIÇÕES GERAIS